



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

RESOLUÇÃO N. 25, DE DE DE 2016 (CONSOLIDADA)

Institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema informatizado de processo judicial no Poder Judiciário e estabelece os parâmetros para o seu funcionamento. *(Artigo inserido em decorrência de ajuste de técnica legislativa)*

- Redação original: **Instituir** o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema informatizado de processo judicial no âmbito do Poder Judiciário e **estabelecer** os parâmetros para o seu funcionamento, na forma a seguir:

CAPÍTULO I

DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 2º A tramitação do processo judicial eletrônico nos órgãos do Poder Judiciário previstos no art. 92, incisos I-A a VII, da Constituição Federal, realizada por intermédio do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, é



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

disciplinada pela presente Resolução e pelas normas específicas expedidas pelos Conselhos e Tribunais que com esta não conflitem. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 1º*)

Art. 3º O PJe compreenderá o controle do sistema judicial nos seguintes aspectos: (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 2º*)

I – o controle da tramitação do processo;

II – a padronização de todos os dados e informações compreendidas pelo processo judicial;

III – a produção, registro e publicidade dos atos processuais;

IV – o fornecimento de dados essenciais à gestão das informações necessárias aos diversos órgãos de supervisão, controle e uso do sistema judiciário.

Art. 4º Para o disposto nesta Resolução, considera-se: (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 3º*)

I – assinatura digital: resumo matemático computacionalmente calculado a partir do uso de chave privada e que pode ser verificado com o uso de chave pública, estando o detentor do par de chaves certificado dentro da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Br), na forma da legislação específica;

II – autos do processo eletrônico ou autos digitais: conjunto de metadados e documentos eletrônicos correspondentes a todos os atos, termos e informações do processo;

III – digitalização: processo de reprodução ou conversão de fato ou coisa, produzidos ou representados originalmente em meio não digital, para o formato digital;

IV – documento digitalizado: reprodução digital de documento originalmente físico;

V – documento digital: documento originalmente produzido em meio digital;

VI – meio eletrônico: ambiente de armazenamento ou tráfego de informações digitais;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

VII – transmissão eletrônica: toda forma de comunicação à distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

VIII – usuários internos: magistrados e servidores do Poder Judiciário, bem como outros a que se reconhecer acesso às funcionalidades internas do sistema de processamento em meio eletrônico, tais como estagiários e prestadores de serviço;

IX – usuários externos: todos os demais usuários, incluídos partes, advogados, membros do Ministério Público, defensores públicos, peritos e leiloeiros.

Art. 5º Os atos processuais terão registro, visualização, tramitação e controle exclusivamente em meio eletrônico e serão assinados digitalmente, contendo elementos que permitam identificar o usuário responsável pela sua prática. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 4º)*

§ 1º A reprodução de documento dos autos digitais deverá conter elementos que permitam verificar a sua autenticidade em endereço eletrônico para esse fim, disponibilizado nos sítios do Conselho Nacional de Justiça e de cada um dos Tribunais usuários do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 4º, § 1º)*

§ 2º O usuário é responsável pela exatidão das informações prestadas, quando de seu credenciamento, assim como pela guarda, sigilo e utilização da assinatura digital, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido, nos termos da Medida Provisória n. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 4º, § 2º)*

§ 3º Somente serão admitidas assinaturas digitais de pessoas físicas e de pessoas físicas representantes de pessoas jurídicas, quando realizada no sistema PJe ou a este destinada, se utilizado certificado digital A3 ou equivalente que o venha a substituir, na forma da normatização do ICP-Brasil. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 4º, § 3º)*

§ 4º A assinatura digital por meio de aparelhos móveis que não possam ser acoplados a dispositivo criptográfico portátil (tokens ou cartões) com certificado A3 será realizada na forma a ser definida pelo Comitê Gestor Nacional do PJe. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 4º, § 4º)*



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Art. 6º A distribuição dos processos se realizará de acordo com os pesos atribuídos, dentre outros, às classes processuais, aos assuntos do processo e à quantidade de partes em cada polo processual, de modo a garantir uma maior uniformidade na carga de trabalho de magistrados com a mesma competência, resguardando-se a necessária aleatoriedade na distribuição. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 5º)*

§ 1º A atribuição dos pesos referidos no caput será realizada pelos Conselhos, Tribunais e/ou Corregedorias, no âmbito de suas competências, devendo ser criados grupos de magistrados de todas as instâncias para validação das configurações locais, sendo possível a atribuição de um peso idêntico para cada um dos aspectos passíveis de configuração. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 5º, § 1º)*

§ 2º A distribuição em qualquer grau de jurisdição será necessariamente automática e realizada pelo sistema imediatamente após o protocolo da petição inicial. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 5º, § 2º)*

§ 3º O sistema fornecerá indicação de possível prevenção com processos já distribuídos, com base nos parâmetros definidos pelo Comitê Gestor Nacional do PJe, cabendo ao magistrado analisar a existência, ou não, da prevenção. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 5º, § 3º)*

§ 4º É vedado criar funcionalidade no sistema para exclusão prévia de magistrados do sorteio de distribuição por qualquer motivo, inclusive impedimento ou suspeição. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 5º, § 4º)*

§ 5º Poderá ser criada funcionalidade para indicação prévia de possível suspeição ou impedimento, que não influenciará na distribuição, cabendo ao magistrado analisar a existência, ou não, da suspeição ou do impedimento. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 5º, § 5º)*

Seção II Do Acesso ao Sistema

Art. 7º Para acesso ao PJe é obrigatória a utilização de assinatura digital a que se refere o art. 5º, § 3º, desta Resolução, com exceção



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

das situações previstas no § 4º deste artigo. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 6º, com ajuste de técnica legislativa)*

§ 1º Os usuários terão acesso às funcionalidades do PJe de acordo com o perfil que lhes for atribuído no sistema e em razão da natureza de sua relação jurídico-processual. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 6º, § 1º)*

§ 2º Quando necessário, o fornecimento de certificados digitais aos usuários internos será de responsabilidade de cada Tribunal ou Conselho, facultado ao Conselho Nacional de Justiça atuar na sua aquisição e distribuição. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 6º, § 2º)*

§ 3º Serão gerados códigos de acesso ao processo para as partes constantes do polo passivo, com prazo de validade limitado, que lhe permitam o acesso ao inteiro conteúdo dos autos eletrônicos, para possibilitar o exercício do contraditório e da ampla defesa. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 6º, § 3º)*

§ 4º Será possível o acesso e a utilização do sistema PJe através de usuário (login) e senha, exceto para: *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 6º, § 4º)*

I – assinatura de documentos e arquivos;

II – operações que acessem serviços com exigência de identificação por certificação digital.

§ 5º O usuário, acessando o PJe com login e senha, poderá enviar arquivos não assinados digitalmente, devendo assiná-los com certificado digital em até 5 (cinco) dias, nos termos da Lei n. 9.800, de 26 de maio de 1999. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 6º, § 5º)*

§ 6º O disposto nos §§ 4º e 5º só vigorará a partir da versão do PJe que implemente as soluções neles previstas. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 6º, § 6º)*

Art. 8º O credenciamento dar-se-á pela simples identificação do usuário por meio de seu certificado digital e remessa do formulário eletrônico disponibilizado no portal de acesso ao PJe, devidamente preenchido e assinado digitalmente. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 7º)*

§ 1º O cadastramento para uso exclusivamente através de usuário (login) e senha deverá ser realizado presencialmente, nos termos do



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

art. 2º, § 1º, da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 7º, § 1º)*

§ 2º Alterações de dados cadastrais poderão ser feitas pelos usuários, a qualquer momento, na seção respectiva do portal de acesso ao PJe, exceto as informações cadastrais obtidas de bancos de dados credenciados, como Receita Federal, Justiça Eleitoral e OAB, que deverão ser atualizadas diretamente nas respectivas fontes. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 7º, § 2º)*

Art. 9º O PJe estará disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, ininterruptamente, ressalvados os períodos de manutenção do sistema. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 7º)*

Parágrafo único. As manutenções programadas do sistema serão sempre informadas com antecedência e realizadas, preferencialmente, entre 0h de sábado e 22h de domingo, ou entre 0h e 6h dos demais dias da semana. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 7º, parágrafo único)*

Art. 10 Considera-se indisponibilidade do sistema PJe a falta de oferta ao público externo, diretamente ou por meio de webservice, de qualquer dos seguintes serviços: *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 9º)*

- I – consulta aos autos digitais;
- II – transmissão eletrônica de atos processuais; ou
- III – acesso a citações, intimações ou notificações eletrônicas.

§ 1º Não caracterizam indisponibilidade as falhas de transmissão de dados entre as estações de trabalho do público externo e a rede de comunicação pública, assim como a impossibilidade técnica que decorra de falhas nos equipamentos ou programas dos usuários. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 9º, § 1º)*

§ 2º É de responsabilidade do usuário: *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 9º, § 2º)*

- I – o acesso ao seu provedor da internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas;
- II – o acompanhamento do regular recebimento das petições e documentos transmitidos eletronicamente;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

III – a aquisição, por si ou pela instituição ao qual está vinculado, do certificado digital, padrão ICP-Brasil, emitido por Autoridade Certificadora credenciada, e respectivo dispositivo criptográfico portátil.

Art. 11. A indisponibilidade definida no artigo anterior será aferida por sistema de auditoria fornecido pelo Conselho Nacional de Justiça ou por órgão a quem este atribuir tal responsabilidade. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 10, § 2º, inciso I)*

§ 1º Os sistemas de auditoria verificarão a disponibilidade externa dos serviços referidos no art. 9º a intervalos de tempo não superiores a 5 (cinco) minutos. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 10, § 1º, com ajuste de técnica legislativa)*

§ 2º Toda indisponibilidade do sistema PJe será registrada em relatório de interrupções de funcionamento acessível ao público no sítio do Tribunal e dos Conselhos, devendo conter, pelo menos, as seguintes informações: *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 10, § 2º)*

- I – data, hora e minuto de início da indisponibilidade;
- II – data, hora e minuto de término da indisponibilidade; e
- III – serviços que ficaram indisponíveis.

§ 3º O relatório de interrupção, assinado digitalmente e com efeito de certidão, estará acessível preferencialmente em tempo real ou, no máximo, até às 12h do dia seguinte ao da indisponibilidade. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 10, § 3º)*

Art. 12. Os prazos que vencerem no dia da ocorrência de indisponibilidade de quaisquer dos serviços referidos no art. 9º serão prorrogados para o dia útil seguinte, quando: *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 11, com ajuste de técnica legislativa)*

- I – a indisponibilidade for superior a 60 (sessenta) minutos, ininterruptos ou não, se ocorrida entre 6h00 e 23h00; ou
- II – ocorrer indisponibilidade entre 23h00 e 24h00.

§ 1º As indisponibilidades ocorridas entre 0h00 e 6h00 dos dias de expediente forense e as ocorridas em feriados e finais de semana, a qualquer hora, não produzirão o efeito do caput. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 11, § 1º)*



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

§ 2º Os prazos fixados em hora ou minuto serão prorrogados até às 24h00 do dia útil seguinte quando: *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 11, § 2º)*

I – ocorrer indisponibilidade superior a 60 (sessenta) minutos, ininterruptos ou não, nas últimas 24 (vinte e quatro) horas do prazo; ou

II – ocorrer indisponibilidade nos 60 (sessenta) minutos anteriores ao seu término.

§ 3º A prorrogação de que trata este artigo será feita automaticamente pelo sistema PJe. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 11, § 3º)*

Art. 13. A indisponibilidade previamente programada produzirá as consequências previstas em lei e na presente Resolução e será ostensivamente comunicada ao público externo com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 12)*

Seção III

Do Funcionamento do Sistema

Art. 14. O sistema receberá arquivos com tamanho máximo definido por ato do Tribunal ou Conselho e apenas nos formatos definidos pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça, ouvido o Comitê Gestor Nacional do PJe. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 13)*

§ 1º O tamanho máximo de arquivos, definido por cada Conselho ou Tribunal, não poderá ser menor que 1,5Mb. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 13, § 1º)*

§ 2º Na hipótese de capacidade postulatória atribuída à própria parte, a prática de ato processual será viabilizada por intermédio de servidor da unidade judiciária destinatária da petição ou do setor responsável pela redução a termo e digitalização de peças processuais. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 13, § 2º)*

§ 3º Será admitido peticionamento fora do PJe, pelas vias ordinárias, nas seguintes hipóteses: *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 13, § 3º)*



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

I – o PJe estiver indisponível e o prazo para a prática do ato não for prorrogável na forma do art. 12 ou essa prorrogação puder causar perecimento do direito; (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 13, § 3º, com ajuste de técnica legislativa*)

II – prática de ato urgente ou destinado a impedir perecimento de direito, quando o usuário externo não possua, em razão de caso fortuito ou força maior, assinatura digital.

§ 4º A parte ou o advogado poderá juntar quantos arquivos se fizerem necessários à ampla e integral defesa de seus interesses, desde que cada um desses arquivos observe o limite de tamanho máximo e formatos previstos. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 13, § 4º*)

Art. 15. Os documentos produzidos eletronicamente, os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados aos autos pelos órgãos do Poder Judiciário e seus auxiliares, pelos membros do Ministério Público, pelas procuradorias e por advogados públicos e privados têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 14*)

§ 1º Incumbirá àquele que produzir o documento digital ou digitalizado e realizar a sua juntada aos autos zelar pela qualidade deste, especialmente quanto à sua legibilidade. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 14, § 1º*)

§ 2º Os originais dos documentos digitalizados, mencionados no caput deste artigo, deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para propositura de ação rescisória. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 14, § 2º*)

§ 3º A arguição de falsidade do documento original será processada eletronicamente na forma da lei processual em vigor. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 14, § 3º*)

§ 4º Os documentos cuja digitalização mostre-se tecnicamente inviável devido ao grande volume, tamanho/formato ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados em secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato. Após o trânsito em julgado, os referidos documentos serão devolvidos, incumbindo-se à parte preservá-los, até o final do prazo para propositura de ação rescisória, quando admitida. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 14, § 4º*)



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

§ 5º O usuário deve assegurar que os arquivos eletrônicos que envia ao PJe estejam livres de artefatos maliciosos, podendo o Sistema, caso constatada a presença desses artefatos, rejeitá-los de plano, informando ao usuário as razões da rejeição, com efeito de certidão. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 14, § 5º)*

Art. 16. Os documentos físicos apresentados com fundamento nos §§ 2º e 3º do art. 14 desta Resolução deverão ser retirados pelos interessados, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, para os efeitos do art. 11, § 3º, da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 15, com ajuste de técnica legislativa)*

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido no caput, a Unidade Judiciária correspondente poderá inutilizar os documentos mantidos sob sua guarda em meio impresso. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 15, parágrafo único)*

Art. 17. Os documentos que forem juntados eletronicamente em autos digitais e reputados manifestamente impertinentes pelo Juízo poderão ter, observado o contraditório, sua visualização tornada indisponível por expressa determinação judicial. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 16)*

Art. 18. Os documentos digitalizados e anexados às petições eletrônicas serão classificados e organizados de forma a facilitar o exame dos autos eletrônicos. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 17)*

Parágrafo único. Quando a forma de apresentação dos documentos puder ensejar prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa, deverá o juiz determinar nova apresentação e a exclusão dos anteriormente juntados. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 17, parágrafo único)*

Art. 19. Os órgãos do Poder Judiciário que utilizarem o Processo Judicial Eletrônico - PJe manterão instalados equipamentos à disposição das partes, advogados e interessados para consulta ao conteúdo dos autos digitais, digitalização e envio de peças processuais e documentos em meio eletrônico. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 18)*

§ 1º Para os fins do caput, os órgãos do Poder Judiciário devem providenciar auxílio técnico presencial às pessoas com deficiência ou que comprovem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. *(Resolução n. 185,*



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

de 18 de dezembro de 2013, art. 18, § 1º, com a redação da Resolução n. 245/2016)

§ 2º Os órgãos do Poder Judiciário poderão realizar convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou outras associações representativas de advogados, bem como com órgãos públicos, para compartilhar responsabilidades na disponibilização de tais espaços, equipamentos e auxílio técnico presencial. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 18, § 2º)*

Seção IV Dos Atos Processuais

Art. 20. No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, far-se-ão por meio eletrônico, nos termos da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 19)*

§ 1º As citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais, nos termos do § 1º do art. 9º da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 19, § 1º)*

§ 2º Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, ou nas hipóteses de urgência/determinação expressa do magistrado, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se e destruindo-se posteriormente o documento físico. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 19, § 2º)*

§ 3º Os Tribunais poderão publicar no Diário da Justiça Eletrônico as citações, intimações e notificações de processos em tramitação no sistema PJe, nos termos do art. 4º e §§ da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 19, § 3º)*

Art. 21. No instrumento de notificação ou citação constará indicação da forma de acesso ao inteiro teor da petição inicial, bem como ao endereço do sítio eletrônico do PJe, nos termos do art. 6º da Lei n. 11.419, de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

19 de dezembro de 2006. ([Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 20](#))

Art. 22. Para efeito da contagem do prazo de 10 (dez) dias corridos de que trata o art. 5º, § 3º, da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, no sistema PJe: ([Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 21](#))

I – o dia inicial da contagem é o dia seguinte ao da disponibilização do ato de comunicação no sistema, independentemente de esse dia ser, ou não, de expediente no órgão comunicante;

II – o dia da consumação da intimação ou comunicação é o décimo dia a partir do dia inicial, caso seja de expediente judiciário, ou o primeiro dia útil seguinte, conforme previsto no art. 5º, § 2º, da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. A intercorrência de feriado, interrupção de expediente ou suspensão de prazo entre o dia inicial e o dia final do prazo para conclusão da comunicação não terá nenhum efeito sobre sua contagem, excetuada a hipótese do inciso II. ([Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 21, parágrafo único](#))

Art. 23. A distribuição da petição inicial e a juntada da resposta, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico serão feitas diretamente por aquele que tenha capacidade postulatória, sem necessidade da intervenção da secretaria judicial, situação em que a autuação ocorrerá de forma automática, mediante recibo eletrônico de protocolo, disponível permanentemente para guarda do peticionante. ([Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 22](#))

§ 1º No caso de petição inicial, o sistema fornecerá, imediatamente após o envio, juntamente com a comprovação de recebimento, informações sobre o número atribuído ao processo, o Órgão Julgador para o qual foi distribuída a ação e, se for o caso, a data da audiência inicial, designada automaticamente, seu local e horário de realização, dos quais será o autor imediatamente intimado. ([Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 22, § 1º](#))

§ 2º Os dados da autuação automática poderão ser conferidos pela unidade judiciária, que procederá a sua alteração em caso de desconformidade com os documentos apresentados, de tudo ficando registro no sistema. ([Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 22, § 2º](#))



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

§ 3º Faculta-se, quando o rito processual autorizar, a apresentação de resposta oral e a entrega de documentos em audiência, hipótese em que será reduzida a termo e lançada, juntamente com os documentos, no sistema. [\(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 22, § 3º\)](#)

Art. 24. A comprovação da entrega de expedientes por oficiais de justiça será feita por certidão circunstanciada acerca do cumprimento da diligência. [\(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 23\)](#)

Parágrafo único. Haverá opção de digitalizar a contrafé subscrita pelos destinatários e juntá-la aos autos, ou realizar a guarda desta em meio físico, até o trânsito em julgado da sentença ou transcurso do prazo para ação rescisória, quando cabível. [\(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 23, parágrafo único\)](#)

Art. 25. Os avisos de recebimento (ARs) devidamente assinados pelo recebedor das comunicações feitas pelos Correios deverão ser digitalizados e os respectivos arquivos juntados aos autos eletrônicos. [\(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 24\)](#)

Art. 26. As atas e termos de audiência poderão ser assinados digitalmente apenas pelo presidente do ato, assim como o documento digital, no caso de audiências gravadas em áudio e vídeo, os quais passarão a integrar os autos digitais, mediante registro em termo. [\(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 25\)](#)

Parágrafo único. Os demais participantes da audiência que possuam assinatura digital poderão assinar os termos. [\(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 25, parágrafo único\)](#)

Art. 27. Os atos processuais praticados por usuários externos considerar-se-ão realizados na data e horário do seu envio no PJe. [\(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 26\)](#)

§ 1º A postulação encaminhada considerar-se-á tempestiva quando enviada, integralmente, até as 24 (vinte e quatro) horas do dia em que se encerra o prazo processual, considerado o horário do Município sede do órgão judiciário ao qual é dirigida a petição. [\(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 26, § 1º\)](#)

§ 2º A suspensão dos prazos processuais não impedirá o encaminhamento de petições e a movimentação de processos eletrônicos,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

podendo a apreciação dos pedidos decorrentes desses prazos ocorrer, a critério do juiz, após o término do prazo de suspensão, ressalvados os casos de urgência. ([Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 26, § 2º](#))

§ 3º O sistema fornecerá ao usuário externo recibo eletrônico da prática do ato processual, disponível permanentemente para guarda do peticionante, contendo a data e o horário da prática do ato, a identificação do processo, o nome do remetente e/ou do usuário que assinou eletronicamente o documento e, se houver, o assunto, o órgão destinatário da petição e as particularidades de cada arquivo eletrônico, conforme informados pelo remetente. ([Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 26, § 3º](#))

§ 4º Será de integral responsabilidade do remetente a equivalência entre os dados informados para o envio e os constantes da petição remetida. ([Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 26, § 4º](#))

§ 5º Não serão considerados, para fins de tempestividade, o horário inicial de conexão do usuário à internet, o horário de acesso do usuário ao sítio eletrônico do Tribunal ou ao PJe, tampouco os horários registrados pelos equipamentos do remetente. ([Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 26, § 5º](#))

§ 6º A não obtenção de acesso ao PJe e eventual defeito de transmissão ou recepção de dados não-imputáveis à indisponibilidade ou impossibilidade técnica do sistema não servirão de escusa para o descumprimento de prazo processual, salvo deliberação expressa da autoridade judiciária competente. ([Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 26, § 6º](#))

Seção V Da Consulta e do Sigilo

Art. 28. A consulta ao inteiro teor dos documentos juntados ao PJe somente estará disponível pela rede mundial de computadores, nos termos da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, e da Resolução CNJ n. 121, de 5 de outubro de 2010, para as respectivas partes processuais, advogados em geral, Ministério Público e para os magistrados, sem prejuízo da possibilidade de visualização nas Secretarias dos Órgãos Julgadores, à exceção daqueles



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

que tramitarem em sigilo ou segredo de justiça. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 27*)

§ 1º Para a consulta de que trata o caput deste artigo será exigido o credenciamento no sistema, dispensado na hipótese de consulta realizada nas secretarias dos órgãos julgadores. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 27, § 1º*)

§ 2º Os sítios eletrônicos do PJe dos Conselhos e dos Tribunais deverão ser acessíveis somente por meio de conexão segura HTTPS, e os servidores de rede deverão possuir certificados digitais Equipamento Servidor da ICP-Brasil adequados para essa finalidade. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 27, § 2º*)

Art. 29. Na propositura da ação, o autor poderá requerer segredo de justiça para os autos processuais ou sigilo para um ou mais documentos ou arquivos do processo, através de indicação em campo próprio. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 28*)

§ 1º Em toda e qualquer petição poderá ser requerido sigilo para esta ou para documento ou arquivo a ela vinculado. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 28, § 1º*)

§ 2º Requerido o segredo de justiça ou sigilo de documento ou arquivo, este permanecerá sigiloso até que o magistrado da causa decida em sentido contrário, de ofício ou a requerimento da parte contrária. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 28, § 2º*)

§ 3º O Tribunal poderá configurar o sistema de modo que processos de determinadas classes, assuntos ou por outros critérios sejam considerados em segredo de justiça automaticamente. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 28, § 3º*)

§ 4º Nos casos em que o rito processual autorize a apresentação de resposta em audiência, faculta-se a sua juntada antecipada aos autos eletrônicos, juntamente com os documentos, hipótese em que permanecerão ocultos para a parte contrária, a critério do advogado peticionante, até a audiência. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 28, § 4º*)



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Seção VI Do Uso Inadequado do Sistema

Art. 30. O uso inadequado do sistema que cause redução significativa de sua disponibilidade poderá ensejar o bloqueio total, preventivo e temporário, do usuário. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 29)*

§ 1º Considera-se uso inadequado do sistema, para fins do caput, as atividades que evidenciem ataque ou uso desproporcional dos ativos computacionais. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 29, § 1º)*

§ 2º Na hipótese do caput deve ser procedido o imediato contato com o usuário bloqueado para identificação da causa do problema e reativação no sistema e, em caso de advogado, a comunicação à respectiva Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 29, § 2º)*

§ 3º A automatização de consultas ao sistema deve ser feita mediante utilização do modelo nacional de interoperabilidade, previsto na Resolução Conjunta CNJ/CNMP n. 3, de 16 de abril de 2013. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 29, § 3º)*

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA

Seção I Dos Comitês Gestores

Art. 31. A administração do PJe caberá ao Comitê Gestor Nacional e aos Comitês Gestores dos Conselhos e dos Tribunais, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação, compostos por usuários internos e externos do sistema. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 30)*

§ 1º Os Comitês Gestores dos Conselhos e dos Tribunais terão composição e atribuições definidas por atos dos órgãos que os constituírem, observadas as regras desta Resolução e as deliberações do Comitê Gestor Nacional. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 30, § 1º)*



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

§ 2º É instituído o Comitê Gestor da Justiça dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios (CGJE-PJe), composto por membros dos Tribunais com o PJe em produção, cujas atribuições serão definidas por ato do Presidente do CNJ, garantida a participação de representantes do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, da advocacia pública e da Defensoria Pública, indicados pelas respectivas instituições. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 30, § 2º)*

§ 3º Faculta-se a participação no CGJE-PJe, como ouvintes, dos Tribunais com o PJe em fase de implantação. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 30, § 3º)*

Art. 32. O Comitê Gestor Nacional supervisionará o gerenciamento, a especificação, o desenvolvimento, a implantação, o suporte e a manutenção corretiva e evolutiva do Processo Judicial Eletrônico - PJe, bem como desempenhará as seguintes atribuições: *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 31)*

I – definir requisitos funcionais e não funcionais do sistema, conciliando as necessidades dos diversos segmentos do Poder Judiciário e dos usuários externos, com o auxílio dos grupos de requisitos, de mudanças e de gestão geral do projeto;

II – propor normas regulamentadoras do sistema à Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do Conselho Nacional de Justiça;

III – elaborar, aprovar e alterar o plano de projeto;

IV – autorizar a implementação de mudanças, inclusive de cronograma;

V – aprovar o plano de gerência de configuração e o cronograma de liberação de versões, cujo conteúdo será definido pela gerência técnica do PJe;

VI – designar e coordenar reuniões do grupo de mudanças e do grupo de gerência geral;

VII – designar os componentes dos grupos de mudanças, do grupo de gerência geral e dos grupos de trabalho de desenvolvimento e de fluxos, previstos no plano de projeto;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

VIII – deliberar sobre questões não definidas no plano de projeto e realizar outras ações para o cumprimento do seu objetivo.

Art. 33. As deliberações do Comitê Gestor Nacional serão comunicadas à Presidência e à Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 32)*

Art. 34. Os membros do Comitê Gestor Nacional do PJe serão designados por ato do Presidente do CNJ, garantida a participação de representantes de todos os segmentos do Poder Judiciário, do Conselho Nacional do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, da advocacia pública e da Defensoria Pública, indicados pelas respectivas instituições. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 33)*

Parágrafo único. Até deliberação ulterior, o Comitê terá a composição prevista na Portaria CNJ n. 65, de 22 de abril de 2010, e suas modificações posteriores. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 33, parágrafo único)*

CAPÍTULO III DA IMPLANTAÇÃO

Art. 35. As Presidências dos Tribunais devem constituir Comitê Gestor e adotar as providências necessárias à implantação do PJe, conforme plano e cronograma a serem previamente aprovados pela Presidência do CNJ, ouvido o Comitê Gestor Nacional. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 34)*

§ 1º Os Tribunais encaminharão à Presidência do CNJ e, quando houver, à do Conselho de seu segmento do Poder Judiciário, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, cópias do ato constitutivo do Comitê Gestor, do plano e do cronograma de implantação do PJe. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 34, § 1º)*

§ 2º O plano deve descrever as ações e contemplar informações sobre os requisitos necessários à implantação, como infraestrutura de tecnologia da informação e capacitação de usuários, observado modelo a ser



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

disponibilizado pelo CNJ. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 34, § 2º*)

§ 3º O cronograma deve relacionar os órgãos julgadores de 1º e 2º Graus em que o PJe será gradualmente implantado, a contar do ano de 2014, de modo a atingir 100% (cem por cento) nos anos de 2016, 2017 ou 2018, a depender do porte do Tribunal no relatório Justiça em Números (pequeno, médio ou grande porte, respectivamente). (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 34, § 3º*)

§ 4º No ano de 2014, o PJe deve ser implantado em, no mínimo, 10% (dez por cento) dos órgãos julgadores de 1ª e 2ª Graus. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 34, § 4º*)

Art. 36. O Tribunal ou Conselho deverá divulgar na página principal de seu sítio na internet e no respectivo veículo de comunicação oficial dos atos processuais, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, os órgãos julgadores em que o PJe será implantado, incluindo informação sobre a amplitude da competência abrangida pela implantação. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 35*)

§ 1º No território de órgão jurisdicional em que tenha havido a implantação do PJe, a ampliação para outras competências ou órgãos deverá ser precedida de divulgação com prazo mínimo de 30 (trinta) dias. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 35, § 1º*)

§ 2º As divulgações de que tratam o caput e o § 1º deverão ser mantidas na página principal do sítio do Tribunal ou Conselho na internet durante os prazos neles mencionados. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 35, § 2º*)

§ 3º É necessária apenas uma publicação no órgão de comunicação oficial dos atos processuais. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 35, § 3º*)

§ 4º A divulgação a que se referem o caput e o § primeiro também será feita por meio de ofício à seção da Ordem dos Advogados do Brasil, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e aos órgãos de Advocacia Pública. (*Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 35, § 4º*)

Art. 37. A partir da implantação do PJe, o recebimento de petição inicial ou de prosseguimento, relativas aos processos que nele tramitam, somente pode ocorrer no meio eletrônico próprio do sistema, sendo vedada,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

nesta hipótese, a utilização de qualquer outro sistema de peticionamento eletrônico, exceto nas situações especiais previstas nesta Resolução. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 36)*

Art. 38. A instalação da versão atualizada do sistema ficará a cargo das equipes técnicas dos Conselhos e Tribunais e deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir do lançamento da versão devidamente homologada. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 37)*

Parágrafo único. Os procedimentos de homologação e instalação das versões serão disciplinados pela gerência técnica do projeto, devendo incluir a realização de testes por equipes designadas pelos Tribunais. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 37, parágrafo único)*

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. Os artefatos instaláveis do PJe, fornecidos aos Conselhos e Tribunais, não poderão ser repassados a terceiros sem autorização expressa do CNJ. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 38)*

Art. 40. Os códigos fontes do Sistema PJe, e respectiva documentação técnica, serão entregues aos Conselhos e Tribunais que atuem junto ao CNJ como fábrica do sistema, mediante assinatura, pelo respectivo Presidente, de Termo de Uso e Confidencialidade que assegure sua utilização para os fins e nos moldes previstos pelo CNJ. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 39)*

Parágrafo único. Ato do Comitê Gestor Nacional do PJe, referendado pela Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura e pela Presidência do CNJ, disciplinará o processo de distribuição dos códigos-fontes e respectiva documentação do PJe. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 39, parágrafo único)*

Art. 41. Os Conselhos e Tribunais promoverão a capacitação de usuários internos, a fim de prepará-los para aproveitamento adequado do PJe. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 40)*



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Art. 42. A partir da data de implantação do PJe, os Tribunais manterão, no âmbito de suas atribuições, estruturas de atendimento e suporte aos usuários. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 41)*

§ 1º Os Conselhos e Tribunais deverão treinar multiplicadores do Ministério Público, da OAB, das Procuradorias de órgãos públicos e da Defensoria Pública, previamente à obrigatoriedade de utilização do PJe. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 41, § 1º)*

§ 2º Os Conselhos e Tribunais deverão disponibilizar ambiente de treinamento do PJe, acessível ao público externo. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 41, § 2º)*

Art. 43. As cartas precatórias expedidas para as unidades judiciárias nas quais tenha sido implantado o PJe tramitarão também em meio eletrônico e quando da devolução ao juízo deprecante será encaminhada certidão constando o seu cumprimento com a materialização apenas de peças essenciais à compreensão dos atos realizados. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 42)*

Art. 44. O juiz da causa resolverá todas as questões relativas à utilização e ao funcionamento do PJe em cada caso concreto, inclusive as hipóteses não previstas neste regramento. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 43)*

Art. 45. A partir da vigência desta Resolução é vedada a criação, desenvolvimento, contratação ou implantação de sistema ou módulo de processo judicial eletrônico diverso do PJe, ressalvadas a hipótese do art. 46 e as manutenções corretivas e evolutivas necessárias ao funcionamento dos sistemas já implantados ou ao cumprimento de determinações do CNJ. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 44 com ajuste de técnica legislativa)*

Parágrafo único. A possibilidade de contratação das manutenções corretivas e evolutivas referidas no caput deste artigo não prejudica o integral cumprimento do disposto no art. 35 desta Resolução. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 44, parágrafo único, com ajuste de técnica legislativa)*

Art. 46. O Plenário do CNJ pode, a requerimento do Tribunal, relativizar as regras previstas nos arts. 35 e 45 desta Resolução quando



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

entender justificado pelas circunstâncias ou especificidades locais. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 45, com ajuste de técnica legislativa)*

Art. 47. As doações de ativos de tecnologia da informação pelo CNJ serão direcionadas, exclusivamente, aos Tribunais que implantaram ou estão em fase de implantação do PJe. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 46)*

Art. 48. O CNJ coordenará as ações permanentes de desenvolvimento e manutenção do PJe, realizadas por equipe do CNJ, dos Conselhos e de todos os Tribunais, presencialmente ou a distância. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 47)*

Art. 49. Os casos não disciplinados por esta Resolução e que possuam caráter nacional serão resolvidos pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça, que poderá delegar tal atribuição à Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ. *(Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013, art. 48)*

Art. 50. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 51. Ficam revogadas formalmente as Resoluções a seguir, sem modificação de alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados, nos termos do § 1º do art. 13 da Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998:

- I – a Resolução n. 185, de 18 de dezembro de 2013;
- II – a Resolução n. 245, de 12 de setembro de 2016.